

ONDE A CIDADE EXCLUI: INVESTIGAÇÃO DE TÉCNICAS CONSTRUTIVAS HOSTIS E APOROFOBIA EM PELOTAS

SABRINA DE VASCONCELOS VIEIRA¹;
ADRIANA PORTELLA²

¹Universidade Federal de Pelotas – sabrinavieira.aq@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – adrianaportella@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

De acordo com GYMPEL (2001), a arquitetura é tanto uma necessidade básica quanto um ato social, pois, inicialmente, a construção surgiu para suprir necessidades básicas da humanidade como oferecer abrigo e segurança. A construção representa uma proteção contra as adversidades climáticas e contra o perigo representado pela fauna selvagem.

A realidade dos grandes centros urbanos evidencia as diferenças sociais e espaciais que existem, lugares de abrigo e proteção se pervertem em espaços de distanciamento e segregação, fazendo o uso de elementos que têm por essência esse objetivo: distanciar e segregar.

O termo “arquitetura hostil” foi cunhado em junho de 2014 pelo repórter Ben Quinn, no jornal britânico *The Guardian* (SOUZA; PEREIRA, 2018). Essa prática ficou conhecida pelo uso de dispositivos e mobiliários urbanos, como bancos com separações e objetos pontiagudos debaixo de áreas cobertas, com o objetivo de afastar grupos “indesejáveis”, predominantemente composto por pessoas em situação de rua.

A prática da “arquitetura hostil”¹ evidencia uma das faces concretas da aporofobia, termo que expressa a aversão ou desprezo dirigido às pessoas em situação de pobreza ou vulnerabilidade social. O conceito foi idealizado pela filósofa espanhola Adela Cortina na década de 1990, agrupando os termos gregos *áporos* (sem recursos, pobre) e *phobia* (aversão ou medo), surge, então, a expressão que veio a dar nome à uma realidade social que é tão presente, dolorosa, visível e vívida nos espaços urbanos. Cortina ressalta a importância de nomear as coisas pra trazer ao “mundo humano do diálogo, da consciência e da reflexão” (CORTINA, 2020).

O tema é relevante de forma que foi levado à discussão em 2021 pelo Senador Fabiano Contarato a propor um Projeto de Lei para abolir o emprego de técnicas de arquitetura hostil no espaço público. O projeto de lei nº 488/2021 propunha uma alteração no Estatuto da Cidade.

Assim como Cortina manifestou a importância de dar nome às coisas, durante a tramitação do Projeto de Lei nº 488/2021 uma das grandes discussões se deu em razão do termo “arquitetura hostil” estar sendo utilizado para tratar de uma prática excludente. O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil apoiou parcialmente o projeto somente trazendo uma ressalva ao termo utilizado, pois considerou inadequado chamar de “arquitetura” elementos que tem por objetivo o afastamento de pessoas, em sua maioria em situação de rua, pois a essência da arquitetura é o acolhimento.

¹ Neste primeiro momento, foi utilizado o termo “arquitetura hostil” por ser amplamente reconhecido no debate público. No entanto, no decorrer do trabalho, o termo mais adequado será adotado.

Após as discussões levantadas, o termo aprovado no texto final da Lei nº14.489/2022 foi “técnicas construtivas hostis”, substituindo a expressão “arquitetura hostil” inicialmente proposta no projeto. Essa preocupação com a terminologia visa distinguir a prática da arquitetura, que é voltada para a construção de espaços inclusivos e democráticos, das práticas excludentes muitas vezes adotadas no desenho urbano.

A Lei nº 14.489/2022 (BRASIL, 2022), também conhecida como Lei Padre Júlio Lancelotti, trouxe uma importante contribuição ao Estatuto da Cidade - Lei nº10.257/2001, proibindo o uso de materiais, estruturas, equipamentos e técnicas construtivas hostis que tenham como objetivo ou resultado o afastamento de pessoas em situação de rua, idosos, jovens e outros segmentos da população, além de adoção de medidas que visem o conforto, abrigo, descanso, bem-estar e acessibilidade na fruição dos espaços livres de uso público, de seu mobiliário e de suas interfaces com os espaços de uso privado.

Quando falamos de cidade e uso do espaço público, é fundamental discutir o direito à cidade, conceito desenvolvido pelo filósofo marxista Henri Lefebvre em seu livro homônimo publicado em 1968. Ele apresenta uma crítica sobre a urbanização tradicional, de matriz capitalista, e à segregação urbana, denunciando as desigualdades espaciais que sustentam a exclusão socioeconômica. Lefebvre propõe uma reconexão das pessoas com o espaço urbano, valorizando a experiência humana e coletiva em detrimento de um urbanismo que prioriza o lucro e a exclusão (LEFEBVRE, 2001).

Diante desse contexto, e trazendo como motivação a importância da discussão sobre os mecanismos de exclusão presentes nos espaços urbanos, esta pesquisa se propõe a investigar as práticas de técnicas construtivas hostis.

A partir dessas premissas, surge a pergunta de pesquisa a ser respondida: Como as técnicas construtivas hostis e aporofobia se articulam como mecanismos de exclusão urbana e seus impactos no direito à cidade?

Assim, o objetivo geral da pesquisa é investigar as práticas de técnicas construtivas hostis e aporofobia no espaço público analisando de que maneira elas operam no direito à cidade.

2. METODOLOGIA

Essa pesquisa terá caráter qualitativo, propondo como estudo de caso a área central da cidade de Pelotas, justificado tanto pela significativa presença de pessoas em situação de rua quanto pela observação das práticas de técnicas construtivas presentes neste espaço.

Para um melhor recorte da área a ser estudada, será aplicada a Teoria da Sintaxe Espacial, criada por Bill Hillier e colaboradores, essa teoria é utilizada para analisar a configuração espacial e como essa configuração afeta os padrões de movimento, interação social e o uso desses espaços, ou seja, ela permite que seja identificado quais locais são mais ou menos integrados no espaço urbano (VAN NES e YAMU, 2021)

Para embasar essa pesquisa, será realizada uma revisão bibliográfica abordando os principais conceitos que alicerçam o estudo: aporofobia, direito à cidade, justiça espacial além das noções de direitos humanos e dos princípios previstos no Estatuto da Cidade, Lei nº10.257/2001.

Em campo, será realizado levantamento físico da área de estudo com registros fotográficos e georreferenciamento dos elementos considerados como técnica

construtiva hostil. Essas técnicas serão categorizadas de acordo com sua forma e possível intencionalidade de exclusão.

Para compreender a percepção das pessoas sobre a existência ou não da prática de aporofobia e técnicas construtivas hostis, serão aplicados questionários aos frequentadores desse espaço. Para análise desses dados, será utilizada estatística não paramétrica com o auxílio do Software SPSS (Statistical Package for the Social Sciences).

Por fim serão realizadas entrevistas com servidores da Secretaria de Urbanismo de Pelotas, afim de compreender como a legislação local trata sobre o tema, como se dão as fiscalizações e quais são os desafios enfrentados pela administração pública nesse cenário.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente pesquisa tem como objetivo entender como as técnicas construtivas hostis e aporofobia se manifestam no espaço urbano de Pelotas e seus impacto sobre o direito à cidade, para tanto, foi realizado um levantamento de dados sobre o número de pessoas em situação de rua no município.

Figura 01



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania adaptado pelas autoras, 2025

Foi realizada uma exploração inicial a fim de compreender o espaço urbano e encontrar indícios sobre a presença e a diversidade de técnicas construtivas hostis. Nas Figuras 02 e 03, foi identificada a técnica construtiva hostil que impede a permanência em área protegida de intempéries, comumente utilizada com a intenção de afastar pessoas em situação de rua. Já na Figura 04 foi identificada uma hostilidade contra o repouso, os pinos de ferro foram adotados como estratégia para impedir que as pessoas utilizem as floreiras como assento.

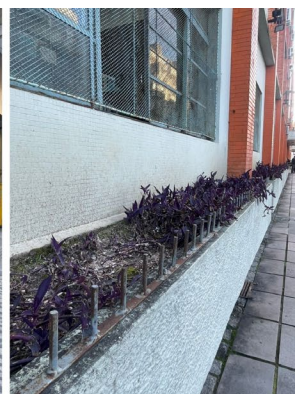
Figura 02



Figura 03



Figura 04



Fonte: Autoras, 2025

Em paralelo a isso, está em desenvolvimento a identificação e localização de pontos de interesse, tais como os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), albergues e pontos de distribuição de alimentos, para que junto com a Teoria da Sintaxe Espacial, possa ser delimitada a área de estudo.

Espera-se que o levantamento físico revele a presença de diferentes tipos de técnicas construtivas permitindo a categorização desses elementos, os questionários deverão elucidar o quanto as pessoas percebem e tem consciência sobre o espaço público e às práticas de aporofobia, as entrevistas com representantes da Secretaria de Urbanismo de Pelotas devem trazer a tona uma perspectiva institucional e a abertura de diálogo para a construção de uma cidade mais justa e acolhedora.

4. CONCLUSÃO

A pesquisa, ainda em desenvolvimento, revela a urgência em discutir como as técnicas construtivas hostis e a aporofobia se manifestam no espaço urbano de Pelotas e aponta que a exclusão social não se dá apenas em questões socioeconômicas, mas também na concretude do espaço urbano segregando e afastando grupos indesejados.

A combinação de diferentes metodologias, permitirá não somente categorizar as técnicas construtivas hostis, mas também avaliar como as pessoas percebem as práticas de exclusão social, de forma que esse estudo venha a contribuir para evidenciar os mecanismos de exclusão e elucidar reflexões que promovam o direito à cidade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 14.489**, de 2022. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14489.htm>.

Acesso em 20 ago. 25.

CORTINA, A. **Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia**. Adela Cortina; tradução de Daniel Fabre – São Paulo: Editora Contracorrente, 2020

GYMPEL, J. **História da Arquitectura**: da Antiguidade aos nossos dias. Alemanha: Könemann, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001

SOUZA, Eduardo; PEREIRA, Matheus. **Arquitetura hostil: A cidade é para todos?** ArchDaily Brasil, 2018. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/888722/arquitetura-hostil-a-cidade-e-para-todos>>. Acesso em: 20 jan. 25

VAN NES, Akkelies; YAMU, Claudia. **Introduction to Space Syntax in Urban Studies**. Springer, 2021